

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.257 - RS (2019/0309367-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : ALEXANDRE BELLINI  
**ADVOGADO** : LUIZ CARLOS BRANCO DA SILVA - RS025377  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALEXANDRE BELLINI, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 4ª Região que negou provimento a agravo regimental da defesa.

Depreende-se dos autos que ALEXANDRE BELLINI foi denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no art. 2º, II, da Lei n. 8.137/1990. Nos termos da acusação, o recorrente, na condição de sócio-administrador da sociedade empresária ACF Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., deixou de recolher aos cofres da União valores relativos a Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, apesar de tê-los confessado em Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF (e-STJ fls. 17-18).

Recebida a denúncia e citado o acusado, que, por meio de defesa técnica constituída, apresentou resposta escrita, na qual arrolou testemunhas e requereu a intimação judicial de cinco dos seis testigos indicados, ao argumento de que "*não tem como garantir que aceitarão seu 'convite' para o ato*" (e-STJ fl. 71).

Afastado o pedido de absolvição sumária, o Juízo de primeiro grau determinou o prosseguimento do feito e assinalou que as testemunhas arroladas pela defesa devem comparecer à audiência de instrução independentemente de intimação prévia, sob pena de desistência tácita, uma vez que não demonstrada pela parte a necessidade do chamamento judicial. Acrescentou, ainda, que indeferirá a inquirição de testemunhas abonatórias, por entender que os respectivos depoimentos são passíveis de substituição por declarações escritas (e-STJ fls. 126-128).

A correição parcial ajuizada pelo denunciado perante o Tribunal de origem teve o seguimento negado por decisão monocrática do relator, ao fundamento de que não verificada a existência de inversão tumultuária de atos e fórmulas legais capaz de ensejar a tramitação do referido expediente (e-STJ fls. 144-147).

Interposto agravo regimental (e-STJ fls. 156-161), a decisão singular foi mantida em julgamento colegiado (e-STJ fls. 179-185).

Nas razões do recurso especial, a defesa reputa contrariado o art. 396-A do Código de Processo Penal e busca demonstrar dissídio jurisprudencial (e-STJ fls. 197-208).

Aduz, em síntese, a inadequação do provimento jurisdicional exarado no primeiro grau de jurisdição, via do qual foi indeferido o pleito de intimação judicial das testemunhas, sob a alegação de que o requerimento contido na resposta à acusação ampara-se na impossibilidade da defesa, por si só, conduzi-las à audiência de instrução.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 213-231), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fl. 234), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo parcial conhecimento do recurso e, nessa extensão, por seu desprovimento (e-STJ fls. 257-261).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do tema trazido à discussão no recurso especial, assim se manifestou o Tribunal de origem no acórdão recorrido (e-STJ fls. 182-184):

*Ao analisar a presente correção parcial, assim se manifestou o Juiz Federal Danilo Pereira Júnior, que me substituiu em período de férias regulamentares, in verbis:*

*A correção parcial encontra previsão no art. 164 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, sendo destinada à emenda de erros ou abusos que importem a inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, a paralisação injustificada dos processos ou a dilação abusiva dos prazos pelos Juízes de primeiro grau, quando, para o caso, não haja recurso previsto em lei.*

*No presente caso, a decisão que deu ensejo à presente correção foi proferida nos seguintes termos (evento 13 da AP nº 5003026-24.2019.4.04.7107):*

*Vieram os autos conclusos para análise da defesa preliminar do réu Alexandre Bellini (evento 11), nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, na redação conferida pela Lei nº 11.719/08.*

*O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra réu por ter, supostamente, na qualidade de sócio-administrador da empresa ACF INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICO LTDA., deixado de recolher Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) retidos de terceiros, referente ao período de apuração de 04/2015 a 12/2016. Imputou ao acusado a prática do delito do art. 2º, incisos II da Lei nº 8.137/90 c/c. art 71 do Código Penal.*

*Denúncia recebida aos 20/03/2019 (evento 3). E m defesa prévia (evento 11), alegou-se, preliminarmente, que a inicial acusatória é inepta, uma vez que não expõe o fato criminoso com todas as suas circunstâncias. Além disso, defende-se a ocorrência da prescrição pela pena projetada. No mérito, em síntese, sustentou a atipicidade da conduta do réu, em virtude da ausência de*

doto, além da ausência de animus da apropriação indébita tributária, excludente de culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa e estado de necessidade. Por fim, alegando a insuficiência de provas, requer a absolvição sumária, na forma do art. 386 do CPP.

Decido.

(...)

Designo a Secretaria data para a audiência de instrução.

Reiterando os termos da decisão de recebimento da denúncia, enfatizo que as testemunhas arroladas pela defesa deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, nos termos do art. 396-A do CPP, sob pena de desistência tácita, uma vez que **não foi comprovada a necessidade de sua intimação**, bem como que a inquirição de testemunhas abonatórias será indeferida por este Juízo, porquanto seus depoimentos poderão ser substituídos por declarações escritas. Intimem-se. (destaquei)

Da sua análise, ao contrário do que alega do corrigente, **não se verifica a existência de inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, já que a decisão proferida pelo juízo corrigido se limitou a dar cumprimento ao disposto no art. 396-A do CPP, que assim prevê:**

Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. **quando necessário.** (destaquei)

Consoante se pode depreender, **a regra geral é o comparecimento das testemunhas de defesa independentemente de intimação judicial, a qual somente será determinada em caso de necessidade, mediante justificativa apresentada em juízo.**

**Trata-se de norma orientadora do processo, com vistas à celeridade, condicionando a intimação das testemunhas de defesa à existência de uma justificativa para tanto, o que observa o princípio**

*da instrumentalidade das formas, que rege o processo penal.*

*Assim, apenas indicando a defesa óbice para que se façam comparecer espontaneamente suas testemunhas, o juízo deve determinar a intimação das mesmas para garantir sua presença na audiência.*

*E, no caso, observa-se que o corrigente não apontou tal necessidade em seu requerimento, limitando-se a alegar que não poderia garantir que as testemunhas arroladas compareceriam em juízo mediante simples "convite".*

*Note-se que sequer houve demonstração de qualquer tentativa no sentido do comparecimento espontâneo das testemunhas em juízo que pudesse justificar a aplicação de medida excepcional pelo juízo corrigido, de modo que improcede o pedido de correção parcial.*

*Nessa linha, os seguintes precedentes desta Corte:  
[...]*

*Diante do exposto, com fundamento no inc. I do § 3º do art. 164 do Regimento Interno deste Tribunal nego seguimento à presente correção parcial.*

*Publique-se. Intime-se. Oportunamente, dê-se baixa.*

*Não vislumbro na argumentação recursal motivos para alterar o entendimento anteriormente explanado. Consoante referido ab initio na decisão recorrida, **a regra geral é o comparecimento das testemunhas de defesa independentemente de intimação judicial, a qual somente será determinada em caso de necessidade, mediante justificativa apresentada em juízo.***

*E, no presente, caso, não apontou o corrigente, ora agravante, em seu requerimento, a necessidade de que a intimação das testemunhas se desse por meio de oficial de justiça, limitando-se a alegar que não poderia garantir que as testemunhas arroladas compareceriam em juízo mediante simples "convite", sem demonstrar qualquer tentativa no sentido do seu comparecimento espontâneo em juízo que pudesse justificar a aplicação de medida excepcional pelo juízo corrigido.*

*Nesse contexto, irreparável a decisão agravada, a qual resta mantida por seus próprios fundamentos. (Original sem destaques)*

Com efeito, consoante assentado da decisão que indeferiu o pedido de efeito

suspensivo postulado pelo recorrente, as razões recursais apresentadas não lograram demonstrar nenhuma ofensa a dispositivo de lei federal, pois a própria norma tida por violada condiciona a intimação judicial da testemunha à **demonstração da necessidade da medida**. É o que se extrai da interpretação do art. 396-A, *caput*, do CPP, veja-se:

*Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.*

Conforme as alegações do recorrente, a necessidade do ato judicial deriva de uma percepção virtual da defesa constituída de que algumas das testemunhas arroladas não "*aceitarão seu convite*" (e-STJ fl. 204) para comparecer à audiência de instrução.

Todavia, à toda evidência, não há, de fato, a expressa recusa das testemunhas em comparecer ao referido ato processual, razão por que não se justifica excepcionar a regra legal com base em mera expectativa da parte, cabendo ressaltar que **eventual indisposição dos testigos em colaborar com a Justiça deverá ser levada ao conhecimento do juízo da causa para a adoção das medidas pertinentes**.

Em suma, as alegações da parte recorrente mostram-se deficitárias no tocante à demonstração do fundamento imprescindível ao conhecimento do recurso especial pela alínea *a* do permissivo constitucional, que é, justamente, a contrariedade ou a negativa de vigência a tratado ou a lei federal. Incide à espécie, por analogia, o óbice da Súmula n. 284/STF, segundo o qual, "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Por fim, a pretensão recursal fundada no art. 105, III, c, da Constituição, não merece ser conhecida, haja vista não ter sido demonstrado o dissídio jurisprudencial nos termos em que exigido pela legislação processual de regência (art. 1.029, § 1º, do CPC, c/c art. 255, § 1º, do RISTJ).

Verifica-se que o julgado apontado como paradigma foi proferido em *habeas corpus*, cabendo ressaltar que a jurisprudência desta Corte Superior tem entendimento assente de que "*o acórdão proferido em habeas corpus, por não guardar o mesmo objeto/natureza e a mesma extensão material almejados no recurso especial, não serve para fins de comprovação de divergência jurisprudencial, ainda que se trate de dissídio notório*" (AgRg no REsp 1328012/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017).

Com idêntica orientação:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1) JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL POR ÓRGÃO COLEGIADO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC, COMBINADO COM O ART. 3º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. 2) DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SEM INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*LEGAL PERTINENTE. 3) DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM PARADIGMA EM SEDE DE JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS. 4) DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL QUE NÃO DEMONSTRA SIMILITUDE FÁTICA. 5) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Consoante disposto no art. 932, III, do CPC, aplicável ao processo penal por força do art. 3º do CPP, incumbe ao relator não conhecer do recurso inadmissível.*

*1.1. No caso em tela, três foram os vícios constantes na decisão monocrática apontados para o não conhecimento do recurso com base no art. 105, III, "c", da Constituição Federal - CF.*

*2. O dissídio jurisprudencial não deve ser conhecido quando o recorrente deixa de delimitar qual artigo de lei federal foi interpretado de forma divergente por outro tribunal.*

*3. O dissídio jurisprudencial não deve ser conhecido quando o acórdão paradigma for um julgamento de habeas corpus.*

*4. O dissídio jurisprudencial deve ser conhecido quando existir similitude fática entre o acórdão recorrido e o acórdão paradigma.*

*5. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1768568/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator